

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.509.390 - RJ (2019/0152500-0)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
AGRAVANTE : **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PROCURADOR : **FÁBIO HENRIQUE DI MASI PALHEIRO E OUTRO(S)**
AGRAVADO : **ROSANE FRAGA COSTA**
ADVOGADOS : **MARCOS ALVES RANGEL E OUTRO(S) - RJ136139**
CARMÉLIA GABRIELLA ROSA DE OLIVEIRA - RJ136398

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela **Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro** e pelo **Estado do Rio de Janeiro**, desafiando decisão da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que não admitiu recurso especial com base nos seguintes fundamentos: (I) não ocorrência de negativa de prestação jurisdicional; (II) incidência da Súmula 7/STJ; e (III) incidência da Súmula 83/STJ, ao fundamento de que o acórdão recorrido foi proferido em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Anote-se, de início, não assistir razão à parte agravante ao alegar que a instância de origem, ao realizar o juízo de admissibilidade do recurso especial, usurpou a competência do Superior Tribunal de Justiça. Isso porque, nos termos da Súmula 123/STJ ("*A decisão que admite, ou não, o recurso especial deve ser fundamentada, com o exame dos seus pressupostos gerais e constitucionais.*") é atribuição do Tribunal **a quo**, naquele momento processual, analisar os pressupostos específicos e constitucionais concernentes ao mérito da controvérsia. Confirmam-se, nesse mesmo sentido, os seguintes precedentes: **RCDESP no AREsp 211.716/SP**, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe 25/9/2012; **AgRg no Ag 1.424.298/MG**, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 27/10/2011; **AgRg no Ag 1.147.395/SP**, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/11/2010; e **AgRg no Ag 1.134.224/SP**, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 2/2/2010.

Ademais, verifica-se que o inconformismo não ultrapassa a barreira do

conhecimento, pois a parte agravante deixou de impugnar a totalidade dos motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial.

No caso, a parte agravante deixou de rebater, de modo específico, a incidência da Súmula 83/STJ. Ressalta-se que, no caso, como o recurso especial foi inadmitido tendo por base a referida súmula, caberia ao recorrente demonstrar que o entendimento jurisprudencial não está pacificado no mesmo sentido do acórdão recorrido, ou, ainda, que o precedente não se aplicaria ao caso dos autos. Nesse sentido: **AgRg no REsp 1.254.077/SP**, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 11/11/2011.

Incide, desse modo, por analogia, a Súmula 182/STJ (*"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida."*).

Essa foi a linha de entendimento recentemente confirmada pela Corte Especial do STJ, na assentada de 19 de setembro de 2018, ao julgar o **EAREsp 701.404/SC** e o **EAREsp 831.326/SP**, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Rel. p/ acórdão Ministro Luís Felipe Salomão, DJe de 30.11.2018.

Diante do exposto, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, **não conheço** do agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

